DocuSign Envelope ID: 1A442987-7EB8-4AF7-82F7-50E40E0B7E0A

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

aena Brasil

CNPJ/MF nº 48.725.405/0001-13

Relatório da Administração

1. Sobre o Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.: 1.1 Apresentação e Contexto operacional: O Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("Aena Brasil" "BOAB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de novembro de 2022, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, tudo em conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Leilão nº 01/2022 e em virtude do procedimento licitatório promovido pelo "Poder Concedente" nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022. A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos, 1293, 4º andar, bairro Cerqueira César, da cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. ("Aena Desarrollo"), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. ("Grupo Aena"), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha, e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 66 aeroportos em países como Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil com 17 aeroportos. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), realizou em 18 de agosto de 2022, em sessão pública do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, quando a Aena Desarrollo sagrou-se vencedora da concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG ("a concessão), composto por: • Aeroporto de Congonhas - São Paulo/SP (SBSP); • Aeroporto de Campo Grande - Campo Grande/MS (SBCG); • Aeroporto de Corumbá - Corumbá/MS (SBCR); • Aeroporto Internacional de Ponta Porã - Ponta Porã/MS (SBPP); • Aeroporto Maestro Wilson Fonseca - Santarém/PA (SBSN); • Aeroporto João Corrêa da Rocha - Marabá/PA (SBMA); • Aeroporto Carajás - Parauapebas/PA (SBCJ); • Aeroporto de Altamira - Altamira/PA (SBHT); • Aeroporto Ten. Cel. Aviador César Bombonato - Uberlândia/MG (SBUL); • Aeroporto Mário Ribeiro - Montes Claros/MG (SBMK); • Aeroporto Mario de Almeida Franco - Uberaba/MG (SBUR). Em 20 de outubro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão de ANAC homologando o resultado da licitação e adjudicando formalmente o Bloco SP/MS/PA/MG a Aena Desarrollo Internacional S.M.E, S.A. ("Aena Desarollo"). Em 16 de novembro de 2022 Aena Desarrollo constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("BOAB") para desenvolver a concessão. A vigência do "Contrato" é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 05 de junho de 2023. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de revisão extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia. As transferências operacionais dos Aeroportos foram realizadas conforme datas descritas abaixo. A partir dessas datas as receitas e despesas decorrentes das operações dos aeroportos passaram a ser devidas à BOAB. 10/10/2023 – Aeroporto de Uberlândia - SBUL; 13/10/2023 – Aeroporto de Campo Grande - SBCG; 17/10/2023 – Aeroporto de Congonhas - SBSP; 07/11/2023 –Aeroporto Internacional de Ponta Porã - SBPP; 10/11/2023 – Aeroporto Internacional de Corumbá - SBCR; 13/11/2023 – Aeroporto de Uberaba - SBUR; 16/11/2023 – Aeroporto de Montes Claros - SBMK; 21/11/2023 – Aeroporto de Marabá - SBMA; 24/11/2023 – Aeroporto de Carajás - SBCJ; 27/11/2023 – Aeroporto Internacional de Santarém - SBSN; 30/11/2023 – Aeroporto Interestadual de Altamira - SBHT. O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases: **Fase 1-A**: A Fase de transferência operacional, que ocorreu de forma escalonada nos meses de outubro e novembro de 2023, obras emergenciais serão realizadas até o primeiro trimestre de 2024, assim como a transferência das obrigações operacionais realizadas mediante acordo entre Companhia, ANAC e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero"),visando mitigar impactos operacionais. **Fase 1-B**: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário, terá início no segundo semestre de 2024, com prazo para execução desta fase é de 36 meses a contar da data de eficácia, com exceção para o Aeroporto de Congonhas - SBSP, cujo prazo é de 60 meses, a contar da data de eficácia. **Fase 2**: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão. **Licenças e autorizações:** Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes: Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes por tempo indeterminado; Alfandegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado; Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente; e Vigências em geral entre 2 e 3 anos, com vencimentos próximos para 2024 e 2025. **Principais eventos**: A Companhia avaliou ante o pagamento da outorga, a possibilidade de aquisição de direitos creditórios de terceiros com destinação ao referido pagamento da outorga, como previsto no art. Nº 100 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021. Entretanto, em 14 de março de 2023 foi publicada a Portaria Normativa n 87 da Advocacia-Geral da União (AGU), com a revogação da Portaria Normativa nº 73/2022, que regulamentava até então os procedimentos para a utilização de precatórios em pagamentos para órgãos e entidades públicas federais, com informação que uma nova norma para disciplinar o assunto seria elaborada dentro de 120 dias. Em virtude do prazo e requisitos para emissão da Ordem de Serviço previsto no Plano de Transferências Operacionais (PTO) dos aeroportos, a Administração optou pela desistência na aquisição dos direitos creditórios. A Companhia, aportou o valor de R$ 2.533 milhões, montante da adjudicação no leilão público da ANAC nº 01/2022, sendo o primeiro aporte em 06 de abril de 2023 no valor de R$ 1.273 milhões, atualizado pelo IPCA desde fevereiro 2023, o segundo feito em 05 de junho de 2023 no valor de R$ 1.260 milhões, assim como outros custos necessários para a assinatura do Contrato pagos entre 02 a 13 de fevereiro de 2023, no valor total de R$ 817 milhões, de acordo com o previsto nas regras do edital do leilão público. A ANAC aprovou os Planos de Transferência Operacionais (PTO) dos aeroportos em agosto de 2023. Após o pagamento da outorga e o preenchimento de outros requisitos como a contratação de seguros de responsabilidade civil e danos materiais, em outubro de 2023 foram iniciadas as operações do Aeroporto de Uberlândia – SBUL, Aeroporto de Campo Grande – SBCG, Aeroporto de Congonhas - SBSP, os demais aeroportos iniciaram as operações em novembro, para o período Companhia obteve as seguintes receitas: • **Receitas tarifárias -** constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remunera os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei nº 6009/1972, Decreto nº 89121/1983 na Resolução nº 432/2017 e na Portaria nº 219/6C-5/2001 e o previsto no Contrato. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2023 por esta categoria foi de R$ 112,6 milhões. • **Receitas não tarifárias** – decorrentes de exploração das atividades econômicas, em geral mediante celebração de contratos de cessão de área a terceiros, em regime de direito privado. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2023 por esta categoria foi de R$ 58,0 milhões. • **Receita por prestação de serviço de construção** - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2023 por esta categoria foi de R$ 42,7 milhões. O EBITDA/LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação, *impairment* e amortização) foi positivo no valor total de R$ 66,6 milhões, com despesas operacionais na ordem de R$ 112,3 milhões, correspondentes principalmente aos serviços de terceiros, custo de construção e amortização. O resultado financeiro líquido foi de R$ 121,6 milhões negativos, devido principalmente aos juros incorridos na operação de *Intercompany Loan*, firmada para o financiamento da outorga da concessão. A Companhia assinou em 20 de janeiro de 2023 um empréstimo com o seu acionista a Aena Desarrollo, no montante de R$ 2.450 milhões recebidos em 6 de fevereiro de 2023, com juros semestrais à taxa CDI, e vencimento em 16 de março de 2025. O prejuízo líquido do exercício alcançou a importância de R$ 54,2 milhões, com o impacto do IRPJ e CSLL diferidos no valor de R$ 27,9 milhões. **2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa: Administração:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é integrado pelo Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente, Srs.(a) Rodrigo Marabini Ruiz, José Leo Vizcaíno, Juan Carlos Alfonso Rubio, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano, Antonio Fernández Poyato, María José Cuenda Chamorro e Noelia Martínez Morato, membros eleitos pela Assembleia Geral. A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Joaquín Rodríguez Guerrero – Diretor Geral, Sr. Rodrigo Almeida Rosa – Diretor Econômico-Financeiro, Renata de Abreu Martina – Diretora de Assessoria Jurídica e Raúl Moya González – Diretor de Operações, Infraestrutura e TI, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. **3. Considerações finais: Auditores independentes:** As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Recife, 16 de fevereiro de 2024. ***A Administração.***

Balanço patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	2023	2022 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	338.273	1
Aplicações financeiras	7	313.003	-
Contas a receber de clientes	8	98.687	-
Imposto a recuperar	9	33.913	-
Contas a receber - partes relacionadas	14	28.080	-
Despesas antecipadas		6.281	-
Outros créditos		2.273	-
Total do ativo circulante		**820.510**	**1**
Não circulante			
Impostos diferidos	10	28.117	187
Impostos a recuperar	9	1.714	-
Total do realizável a longo prazo		**29.831**	**187**
Imobilizado	11	3.090	-
Intangível	12	3.424.843	-
Total do ativo não circulante		**3.457.764**	**187**
Total do ativo		**4.278.274**	**188**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022 (não auditado)
Circulante			
Fornecedores	13	27.842	-
Contas a pagar - partes relacionadas	14b	40.894	-
Empréstimos - partes relacionadas - CP	14b	116.639	-
Impostos a recolher	15	18.760	-
Obrigações sociais e trabalhistas	16	8.516	-
Provisões de contas a pagar	17	27.877	288
Outras contas a pagar	18	3.075	261
Total do passivo circulante		**243.603**	**549**
Não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas - LP	14	2.450.000	-
Total do passivo não circulante		**2.450.000**	**-**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		1.639.251	1
Prejuízos acumulados		(54.580)	(362)
Total do patrimônio líquido		**1.584.671**	**(361)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.278.274**	**188**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31/12/2023 e período de 16 de novembro a 31/12/2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 16/11/2022 (não auditado)		**1**	**-**	**1**
Prejuízo líquido		-	(362)	(362)
Saldos em 31/12/2022 (não auditado)		**1**	**(362)**	**(361)**
Integralização de capital social	19	1.639.250	-	1.639.250
Prejuízo líquido		-	(54.218)	(54.218)
Saldos em 31/12/2023		**1.639.251**	**(54.580)**	**1.584.671**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado Exercício findo em 31/12/2023 e período de 16 de novembro a 1/12/2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2023	2022 (não auditado)
Receitas operacionais líquidas	20	213.429	-
Custos dos serviços prestados	21	(120.850)	-
Lucro bruto		**92.579**	**-**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(51.886)	(549)
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	8	(1.235)	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido		**39.458**	**(549)**
Receitas financeiras	23	162.399	-
Despesas financeiras	23	(284.005)	-
Resultado financeiro líquido		**(121.606)**	**-**
Resultado antes dos impostos		**(82.148)**	**(549)**
IRPJ e CSLL - diferidos	10	27.930	187
Prejuízo líquido do exercício		**(54.218)**	**(362)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31/12/2023 e período de 16 de novembro a 31/12/2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(54.218)	(362)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(54.218)**	**(362)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercício findo em 31/12/2023 e período de 16 de novembro a 31/12/2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(54.218)**	**(362)**
Ajustes por:			
IRPJ e CSLL	10	(27.930)	(187)
Depreciação	11	344	-
Amortização	12	26.801	-
Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	8	1.235	-
Receita sobre aplicações financeiras e juros	23	(162.399)	-
Juros incorridos empréstimos com partes relacionadas	14	275.762	-
Variações nos ativos (aumento)/ redução		**59.595**	**(549)**
Contas a receber de clientes		(99.922)	-
Imposto a recuperar		(32.199)	-
Despesas antecipadas		(6.281)	-
Outros créditos		(2.272)	-
Fornecedores		3.803	-
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Contas a pagar - partes relacionadas		40.894	236
Obrigações sociais e trabalhistas		8.516	-
Impostos e contribuições a recolher		18.760	-
Provisões de contas a pagar		35.570	288
Outras contas a pagar		2.814	25
Juros pagos	14	(159.123)	-
IRPJ e CSLL pagos		(32.125)	-
Juros recebidos	14	162.399	-
Fluxo de caixa liquido gerado pelas atividades operacionais		**429**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Integralização de capital		1.639.250	1
Adições de imobilizado			
Adições de intangível			
Baixas de imobilizado/intangível	11 e 12	7	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7	(313.003)	
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimentos		**(2.112.156)**	**1**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos com partes relacionadas	14	2.450.000	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		**2.450.000**	**-**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**338.273**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		338.273	1
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**338.272**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("BOAB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16/11/2022, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, tudo em conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Leilão nº 01/2022 e em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022. A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos, 1293, 4º andar, bairro Cerqueira César, da cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. ("Aena Desarrollo"), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. ("Grupo Aena"), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha, e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 66 aeroportos em países como Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil, onde administra 17 aeroportos. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), realizou em 18/08/2022, em sessão pública do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, quando a Aena Desarrollo se sagrou vencedora da concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG ("a concessão), composto por: • Aeroporto de Congonhas - São Paulo/SP (SBSP); • Aeroporto de Campo Grande - Campo Grande/MS (SBCG); • Aeroporto de Corumbá - Corumbá/MS (SBCR); • Aeroporto Internacional de Ponta Porã - Ponta Porã/MS (SBPP); • Aeroporto Maestro Wilson Fonseca - Santarém/PA (SBSN); • Aeroporto João Corrêa da Rocha - Marabá/PA (SBMA); • Aeroporto Carajás - Parauapebas/PA (SBCJ); • Aeroporto de Altamira - Altamira/PA (SBHT); • Aeroporto Ten. Cel. Aviador César Bombonato - Uberlândia/MG (SBUL); • Aeroporto Mário Ribeiro - Montes Claros/MG (SBMK); • Aeroporto Mario de Almeida Franco - Uberaba/MG (SBUR). Em 20/10/2022 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão de ANAC homologando o resultado da licitação e adjudicando formalmente o Bloco SP/MS/PA/MG a Aena Desarrollo. Em 16/11/2022 Aena Desarrollo constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("BOAB") para desenvolver a concessão. A vigência do "Contrato" é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 05/06/2023. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de revisão extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia. As transferências operacionais dos Aeroportos foram realizadas conforme datas descritas abaixo. A partir dessas datas as receitas e despesas decorrentes das operações dos aeroportos passaram a ser devidas à BOAB, abaixo datas do início das operações por aeroporto: • 10/10/2023 – Aeroporto de Uberlândia - SBUL; • 13/10/2023 – Aeroporto de Campo Grande - SBCG; • 17/10/2023 – Aeroporto de Congonhas - SBSP; • 07/11/2023 – Aeroporto Internacional de Ponta Porã - SBPP; • 10/11/2023 – Aeroporto Internacional de Corumbá - SBCR; • 13/11/2023 – Aeroporto de Uberaba - SBUR; • 16/11/2023 – Aeroporto de Montes Claros - SBMK; • 21/11/2023 – Aeroporto de Marabá - SBMA; • 24/11/2023 – Aeroporto de Carajás - SBCJ; • 27/11/2023 – Aeroporto Internacional de Santarém - SBSN; • 30/11/2023 – Aeroporto Interestadual de Altamira - SBHT. O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases: **Fase 1-A**: A Fase de transferência operacional, que iniciou de forma escalonada no segundo semestre de 2024 mediante acordo entre Companhia, ANAC e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero"), visando mitigar impactos operacionais. **Fase 1-B**: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário, terá início no segundo semestre de 2024, com prazo para execução desta fase é de 36 meses a contar da data de eficácia, com exceção para o Aeroporto de Congonhas - SBSP, cujo prazo é de 60 meses, a contar da data de eficácia. **Fase 2**: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão. **Licenças e autorizações:** Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes: • Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes por tempo indeterminado; • Alfandegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado; e • Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente. Vigências em geral entre 2 e 3 anos, com vencimentos próximos para 2024 e 2025. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16/02/2024. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mensurados pelo valor justo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Companhia para o exercício findo de 31/12/2021, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização e aplicação das políticas contábeis que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes - Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD: estimativa das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência e perdas esperadas; • Nota explicativa nº 10 - IRPJ corrente e CSLL corrente e diferido - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Notas explicativas nº 11 e 12 - Imobilizado e Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis (provisão para redução ao valor recuperável do ativo intangível); e ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non- performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 – Instrumentos financeiros. **6. Principais políticas contábeis:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados: **a. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros sobre aplicações financeiras; • Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre receita de juros sobre aplicações financeiras, integralizações de capital, e transações em moeda estrangeira; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e • A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial, quando aplicável. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **c. IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anualmente para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) IRPJ e CSLL corrente:*** Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) IRPJ e CSLL diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de IRPJ e CSLL diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, que inclui, quando aplicável, os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. ***Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***Depreciação:*** A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa nº 11. **e. Ativos intangíveis:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** *Direito da concessão:* Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), reconhecendo os valores pagos ao Poder Concedente (divulgados na nota explicativa nº 12), baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, consequentemente, a obrigação irrevogável de: (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente; e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. *Contratos de concessão de serviços (vide notas explicativas nº 1 e 12):* A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato

DocuSign Envelope ID: 1A442987-7EB8-4AF7-82F7-50E40E0B7E0A

continuação

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

(b) A seguir está demonstrada a conciliação entre o prejuízo contábil e fiscal no exercício:

	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(82.149)**	**(549)**
Diferenças permanentes:		
Outras diferenças	-	-
Diferenças temporárias:		
Provisões de despesas	19.986	-
Provisão para remuneração variável	2.468	-
Provisões de custos *intercompany*	713	-
Provisão Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Indedutível	1.235	-
Prejuízo fiscal do exercício	**(57.746)**	**(549)**
Diferenças temporárias totais	**(24.402)**	**-**
Base de cálculo	**(82.148)**	**(549)**
Alíquota combinada	**34%**	**34%**
Imposto diferido do exercício	**(27.930)**	**(187)**

Abaixo está demonstrada a composição dos prejuízos fiscais não compensados e seu prazo:

Exercício de origem e prazo para utilização	**2023**	**2022 (não auditado)**
2022 – Prazo ilimitado	549	549
2023 – Prazo ilimitado	57.746	-
	58.295	**549**

A Companhia tem reconhecido um ativo fiscal diferido tanto pelos prejuízos fiscais e base negativa da CSLL a utilizar num futuro, como pelas diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, no montante total de R$ 58.295 (2022: R$ 549 (não auditado)), com base nas projeções preparadas pela Administração que demonstram que no futuro previsível obterá lucros tributáveis para compensação do tributo diferido originário das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais existentes. A projeção realizada pela Administração, considera premissas razoáveis para concluir que o imposto diferido ativo será realizado, considerando que a Companhia possui: (i) contrato de concessão válido para a operação de 11 aeroportos distribuídos nas regiões sudeste, centro oeste e norte do Brasil; (ii) opera com as principais empresas aéreas nacionais; e (iii) possui acordos assinados com terceiros que exploram áreas dentro dos aeroportos. Além disso, o Grupo AENA possui experiência no setor de concessão de aeroportos, o que possibilita que a Companhia consiga estimar receitas futuras e expectativas de custos de forma confiável. Vide explicação adicional sobre as operações comerciais na nota nº 1. A projeção de lucro tributável futuro da Administração foi realizada para o período remanescente da Concessão, para o qual o imposto diferido reconhecido será totalmente realizável. (c) A seguir, demonstrado para cada tipo de diferença temporária, assim como para os prejuízos fiscais não utilizados, o montante do IRPJ diferido reconhecido no balanço patrimonial e a movimentação para o exercício de 2023:

	Provisões	Contas a receber (PECLD)	Outras diferenças	Prejuízos fiscais não utilizados	Total
Lançamentos no resultado	-	-	-	187	187
Saldos IRPJ ativo em 31/12/2022 (não auditado)	**-**	**-**	**-**	**187**	**187**
Lançamentos no resultado	6.795	419	1.082	19.634	27.930
Saldos IRPJ ativo em 31/12/2023	**6.795**	**419**	**1.082**	**19.821**	**28.117**

11. Imobilizado: a. Composição:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Total	2022 (não auditado) Custo	2022 (não auditado) Depreciação acumulada	2022 (não auditado) Total
Máquinas e Equipamentos	8,33	282	(35)	247	-	-	-
Computadores, periféricos e softwares	25	3.152	(309)	2.843	-	-	-
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	-	-
		3.434	**(344)**	**3.090**	**-**	**-**	**-**

b. *Movimentação*:

	Equipamentos	Computadores e periféricos	Total
Saldo líquido em 31/12/2022 (não auditado)	**-**	**-**	**-**
Adições	282	3.159	3.441
Baixas		(7)	(7)
Depreciação	(35)	(309)	(344)
Saldo líquido em 31/12/2023	**247**	**2.843**	**3.090**

12. Intangível: **2023**

a. Composição:

	Custo	Amortização acumulada	Total
Outorga – Concessão (i)	3.350.373	(25.738)	**3.324.635**
Equipamentos de informática e outros	15.574	(746)	**14.828**
Intangível em construção	29.057	-	**29.057**
Máquinas e Equipamentos	277	-	**277**
Subtotal ativos da concessão	**3.395.281**	**(26.484)**	**3.368.797**
Sistemas informatizados	56.331	(316)	**56.015**
Outros ativos	31	-	**31**
	56.362	**(316)**	**56.046**
Total intangível	**3.451.643**	**(26.800)**	**3.424.843**

A taxa anual de amortização dos sistemas e equipamentos de informática e outros é de 25% a.a. ***(i) Contrato de concessão de serviços:*** Consiste no valor de R$ 2.533.270 pago ao poder concedente pelo direito de exploração da concessão por 30 anos com base no contrato de concessão, amortizado por igual período. Também estão registrados os custos derivados do contrato de concessão que incluem os valores pagos a terceiros, conforme definido no edital do leilão da 7ª rodada de concessão, realizado em 18/08/2022 no valor de R$ 817.103, amortizado no período da concessão. A concessão começou na data de eficácia do contrato, firmado em 05/06/2023. A amortização dos valores acima mencionados iniciou em 10/10/2023, data de início da operação do primeiro aeroporto do Bloco.

b. Movimentação:

	Ativos da concessão							
Saldos em 31/12/2022 (não auditado)	**Outorga – concessão**	**Equipamentos informáticos e outros**	**Intangível em construção**	**Máquinas e equipamentos**	**Subtotal**	**Sistemas informatizados em andamento**	**Outros ativos**	**Total**
Aquisição	3.350.373	15.574	29.057	277	**3.395.281**	56.331	32	**3.451.644**
Baixas	-	-	-	-	**-**	-	-	**-**
Transferências	-	-	-	-	**-**	-	-	**-**
Amortização	(25.738)	(746)	-	-	**(26.484)**	(317)	-	**(26.801)**
Saldos em 31/12/2023	**3.324.635**	**14.828**	**29.057**	**277**	**3.368.797**	**56.014**	**32**	**3.424.843**

Em 2023 a rubrica de intangível em construção inclui principalmente: Início das atividades de engenharia e execução de projetos destinadas a realização das obras da fase 1-A (nota nº 1). Outras obras de melhoria das instalações e equipamentos serão realizadas nos 11 aeroportos. **c. Teste de *impairment***: Para o exercício findo em 31/12/2023, a Administração realizou avaliações com base no modelo de oferta de possíveis indícios de mercado que pudesse implicar em redução no valor dos ativos e não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras. **13. Fornecedores:** Trata-se de fornecedores e prestadores de serviços nacionais, valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. Conforme detalhamento a seguir:

	2023
Obras e equipamentos	90
Operação	27.752
	27.842

14. Partes relacionadas: a. Controladora: O controle da Companhia é da Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social. Aena S.M.E. S.A. é detentora do 100% do capital social de Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A. **b. Saldos e transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas. As transações com a controladora e com Aena S.M.E. S.A. foram reguladas no Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (o Acordo), aprovado no conselho de 22/01/2024. Este estabelece o repasse das despesas incorridas por conta da Aena Brasil (BOAB), especialmente durante a etapa pré-operacional da Companhia, assim como, para os serviços de assessoramento e apoio a gestão, licenciamento das aplicações informática de uso corporativo e operacional, bem como o suporte de sustentação das referidas aplicações. Com objetivo de financiamento dos gastos relativos ao início das atividades operacionais da Companhia, e disponibilidade parcial do caixa necessário para os investimentos previstos na fase I-A, a Companhia assinou em 20/01/2023 um empréstimo intercompany com a Aena Internacional (ADI), no valor de R$ 2.450.000 (dois bilhões e quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sendo os recursos disponibilizados em 06/02/2023. O referido empréstimo foi contratado a taxa de CDI, com liquidação dos juros realizadas semestralmente e vencimentos do principal definido para março de 2025.

Movimentação	**2023**	**Total**
Saldos em 31/12/2022 (não auditado)	**-**	**-**
Valor principal empréstimos Intercompany Loan	2.450.000	2.450.000
Juros incorridos – Intercompany Loan Juros	275.762	275.762
Juros pagos – Intercompany Loan Juros	(159.123)	(159.123)
Saldos em 31/12/2023	**2.566.639**	**2.566.639**

As transações reconhecidas com partes relacionadas no exercício, em decorrência do acordo de prestação de serviços supramencionado, as quais ainda não foram faturadas, foram: Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas): **Contas a pagar – partes relacionadas:**

Empresa	**Vencimento**	**Moeda**	**2023**	**2022 (não auditado)**
Aena, SME, as – serviços, despesas e outros (i)	2024 a 2027	Euro	40.059	-
Aeroportos do Nordeste do BrasiasSA (ii)	jan/24	Real	835	236
			40.894	**236**

Empréstimo - partes relacionadas	**Vencimento**	**Moeda**	**2023**	**2022 (não auditado)**
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – Interc Loan juros - Circulante	fev/24	Real	116.639	-
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – Interc Loan principal – Não circulante	mar/25	Real	2.450.000	-
			2.566.639	**-**

Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas que foram contratados em Euro, são convertidos em Real, pela taxa de câmbio na data da transação, conforme define a política contábil descrita na nota nº 6.a. **(i)** A companhia registrou transações com Aena, SME, S.A. que suportaram a Companhia em suas operações e aquisições. Referem-se, basicamente, à repasse de custos de contratos com fornecedores e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio da Aena SME, contabilizados como despesas gerais e administrativas por R$ 713 (2022: R$ 0 (não auditado)) e com o licenciamento de sistemas informatizados para utilização nas atividades corporativas e sistemas operacionais, em uso ou implantação e andamento, todos classificados como intangível por R$ 39.346 (2022: R$ 0 (não auditado)). **(ii)** Refere-se ao valor das despesas corporativas do mês de dezembro de 2023, com base no contrato de compartilhamento de atividades firmado entre as Companhias, com objetivo de sinergia na execução das atividades corporativas das empresas. O referido contrato foi homologado junto a ANAC. **(iii)** Em 07/08/2023 a Companhia realizou o primeiro pagamento dos juros semestrais a Aena Desarrollo Internacional SME (ADI), no montante de R$ 187.220, sendo R$ 159.123 referente aos juros Intercompany Loan e R$ 28.080 a título de IRRF em favor da ADI, que será compensado nas transações a pagar entre a BOAB e ADI. Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de ativo (contas a receber com partes relacionadas):

Contas a receber - partes relacionadas	**Vencimento**	**Moeda**	**2023**
Aena Desarrollo Internacional SME, SA	2024	Real	28.080
			28.080

c. Remuneração de pessoal chave: A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração anual do pessoal chave da administração foi R$ 2.835, correspondendo R$ 2.007 a remuneração fixa e R$ 828 a variável. Em 31 de dezembro de 203, a Companhia não mantém planos de previdência privada ou de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego para seu pessoal chave. A Companhia também não tem planos de remuneração baseados no valor de ações. **15. Impostos a recolher:** O montante de impostos a recolher se refere aos seguintes impostos:

	2023
IRRF	368
PIS	1.624
COFINS	7.554
ISSQN	3.715
INSS	1.001
CIDE	4.006
CSRF	492
	18.760

16. Obrigações sociais e trabalhistas: Aqui são demonstradas as obrigações com pessoal decorrentes da folha de pagamento, além dos encargos sociais a recolher, como INSS, Imposto Sobre Seguridade Social e IRRF, IRPJ Retido na Fonte, assim como o FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos incidentes sobre a folha de pagamentos e que serão recolhidos até a data do respectivo vencimento.

	2023
Rescisão a pagar	12
Provisões de férias	2.351
IRRF sobre FOPAG	1.185
FGTS a recolher	611
INSS a recolher	2.316
Remuneração variável	2.040
Contribuição sindical	1
	8.516

17. Provisões de contas a pagar: As provisões de contas a pagar referem-se em geral a serviços tomados, conforme acordos estabelecidos com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício. O aumento nos saldos em 2023 é resultado do fluxo iniciais das obras e serviços de bombeiros.

(não auditado)	**2023**	**2022**
Serviços jurídicos	22	248
Serviços de bombeiros (a)	2.954	-
Serviços de engenharia, construção e serviços (CAPEX) (b)	7.891	-
Consumos (Energia, água, combustíveis e materiais)	3.640	-
Outros serviços de terceiros (c)	13.370	40
	27.877	**288**

(a) A linha de serviços de bombeiros corresponde aos serviços contratados para execução das atividades especializadas de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves e instalações aeroportuárias. (b) Provisões para contratos de engenharia e projetos e serviços de engenharia, arquitetura e outros relacionados a Fase 1 A. (c) Referem-se aos serviços: Manutenção e conservação de edifícios no valor de R$ 2.330; Conservação e limpeza no valor de R$ 1.511; Gerenciamento de resíduos no valor de R$ 1.483; Serviço de proteção e controle de acessos no valor de R$ 1.187; Serviços de informática no valor de R$ 1.079; Vigilância e segurança no valor R$ 1.012 e Outros serviços executados na operação no valor R$ 4.768. **18. Outras contas a pagar:** Contemplam obrigações como prémios de seguros, reembolsos a pagar, adiantamentos de clientes, cauções e outras obrigações, demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022 (não auditado)
Cauções de terceiros (a)	773	-
Adiantamento de clientes (b)	121	-
Valores a repassar a terceiros (c)	177	-
Outras contas a pagar (d)	2.004	261
	3.075	**261**

(a) As cauções de terceiros referem-se à valores antecipados pelos clientes ou fornecedores, com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações contratuais. (b) Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores antecipados pelos clientes, como garantia de suas obrigações de pagamento das tarifas pelo direito de uso dos aeroportos. (c) Valores a repassar a terceiros referem-se aos valores correspondentes aos repasses sobre tarifas de embarque internacional e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), incidentes sobre os voos internacionais. (d) Valores de seguros a pagar R$ 1.965 e remuneração do conselho R$ 39. **19. Patrimônio líquido: Capital social:** A Companhia foi constituída em 16/11/2022 com um capital de R$10 em ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas, dos quais foram integralizados R$ 1. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 4.124.033. com emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração. Em 26/01/2023 o capital social foi aumentado em R$ 1.639.250, sendo subscrito integramente pelo acionista único. Assim, em 31/12/2023 o capital social da Companhia é de R$ 1.639.251, ações de um real de valor nominal cada uma, integramente subscritas pelo seu acionista único. Em 31/12/2023 e 2022 a totalidade das ações são de propriedade de Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. **20. Receitas operacionais:** No quadro seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas:

	2023
Receitas tarifárias	131.158
Receitas não tarifárias	64.058
Receita por prestação de serviço de construção	42.710
(Redutoras)	
Impostos sobre receitas tarifárias e não tarifárias	(24.497)
	213.429

(i) Os abatimentos correspondem a concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários (receitas não tarifárias) nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso. No quadro seguinte, apresenta-se a composição líquida das receitas:

	2023
Receitas tarifárias	112.630
Receitas não tarifárias	58.089
Receita por prestação de serviço de construção	42.710
	213.429

21. Custos dos serviços prestados: O custo por prestação de serviço de construção - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contrato de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão.

	2023
Custos de prestação de serviço de construção	(42.710)
Serviços (a)	(37.079)
Depreciação e Amortização	(27.146)
Custos com pessoal	(8.472)
Seguros	(2.509)
Materiais e consumo	(1.701)
Outros	(1.233)
	(120.850)

(a) Os custos dos serviços prestados referem-se substancialmente aos serviços de bombeiros e serviços voltados para a operação, limpeza, manutenção, conservação e segurança dos aeroportos.

22. Despesas gerais e administrativas: (não auditado)	**2023**	**2022**
Despesas com pessoal	(23.308)	-
Serviços	(17.436)	(288)
Despesas corporativas ANB x BOAB (a)	(8.337)	-
Outros (b)	(2.805)	(261)
	(51.886)	**(549)**

(a) A Companhia firmou acordo com Aeroportos do Nordeste do Brasil (ANB) para compartilhamento das atividades corporativas, que em 2023 totalizou (R$ 8.337). (b) *Break-up fee* do Contrato referente a obtenção de títulos de direitos creditórios (precatórios) com BTG Pactual (R$ 2.186).

23. Resultado financeiro, líquido:

	2023
Receitas financeiras	
Juros sobre aplicações financeiras	162.332
Juros obtidos e multas	67
	162.399
Despesas financeiras	
Despesa com IOF	(6.252)
Juros sobre Intercompany *Loan*	(275.763)
Outros	(1.990)
	(284.005)
Resultado financeiro líquido	**(121.606)**

24. Instrumentos financeiros: A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, nem em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir: **(i) Instrumentos financeiros por categoria:**

			2023	
Ativo	**Nota**	**Valor justo por meio do resultado (VJR)**	**Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**
Caixa e bancos	7	338.273	-	-
Aplicações financeiras	7	313.003	-	-
Contas a receber de clientes	8		98.687	-
Passivo				
Fornecedores	13	-	-	27.842
Contas a pagar - partes relacionadas	14	-	-	2.607.533
Outras contas a pagar	18	-	-	3.075
		651.276	**98.687**	**2.638.450**

		2022 (não auditado)		
Caixa e bancos (não auditado)	7	1	-	-
		1	**1**	**1**

A Administração entende que, com exceção dos empréstimos com vencimento longo prazo, as operações mensuradas a custo amortizado se encaixam no perfil de instrumentos cujo valor contábil é uma boa aproximação do seu valor justo, de acordo com o parágrafo 25 do CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros. **(ii) Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui o saldo de R$ 651.276 de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os saldos em caixa, bancos e aplicações financeiras têm seu valor justo idêntico aos saldos contábeis (Nível 1). **(iii) Detalhe dos fluxos contratuais:** Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31/12/2023:

Ativo	**Nota**	**2024**	**2025**	**2026**	**2026 em diante**
Contas a receber de clientes	8	98.687	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	14	28.080	-	-	-
		126.767	-	-	-
Passivo					
Fornecedores	13	27.435	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	14	157.533	2.450.000	-	-
Outras contas a pagar	18	3.075	-	-	-
		188.043	**2.450.000**	**-**	**-**

(iv) Gerenciamento de riscos: ***Visão geral:*** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito; (b) Risco de taxas de juros e inflação; (c) Risco de taxa de câmbio; e (d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. A Companhia não utiliza instrumentos de cobertura derivativos para cobrir sua exposição a estes riscos. *a. Risco de crédito:* Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*, ou de capital público. A Companhia também gere o risco de crédito das contas a receber de clientes estabelecendo entrega de caução ou fiança para determinados contratos de cessão de área, e a entrega de caução ou pagamento antecipado para clientes aeronáuticos de Grupo I em situação de atraso nos pagamentos. Os valores de caução ou antecipados a 31 dezembro 2023 estão refletidos a seguir:

	2023	2022 (não auditado)
Adiantamento de clientes	121	-
Caução recebida	177	-
Fiança bancária	-	-
Seguro caução	-	-
	298	**-**

b. Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI que afetam a remuneração das aplicações financeiras de corto prazo (até sua liquidação) e à variação da taxa IPCA registrada como juros do *Intercompany Loan* de longo prazo (desde fevereiro de 2023). A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco, existindo uma forte cobertura natural do risco, visto que a atualização tanto das receitas tarifarias previstas no Contrato de Concessão, quanto das não tarifarias previstas nos respetivos contratos comerciais, está vinculada também a índices de inflação. *c. Risco de taxas de câmbio:* Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de câmbio flutuantes, principalmente relacionadas às variações do câmbio Euro/R$, nas contas a pagar a partes relacionadas (nota 14). A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco. *d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:* Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar o risco de liquidez, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento e caixa de acordo com os padrões de mercado. Na seção (iii) acima é apresentado o detalhe dos fluxos contratuais. A Administração gere o risco de liquidez decorrente de estes fluxos contratuais com a caixa e equivalentes a caixa disponíveis, as aplicações financeiras e os fluxos de caixa decorrentes de suas operações. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. **(v) Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de juros (CDI e IPCA) foram consideradas a seguir:

Indicador	**Cenário I* Provável**	**Cenário II Adverso possível**	**Cenário III Adverso extremo**
CDI(*) - Alta	10,35%	12,93%	15,52%
CDI(*) - Baixa	10,35%	7,76%	5,17%
IPCA(*) - Alta	3,82%	4,78%	5,74%
IPCA(*) - Baixa	3,82%	2,87%	1,91%
R$/ € (*)	R$ 5,80	R$ 7,25	R$ 8,69

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas uma queda e uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores resultantes das variações dos juros sobre os respetivos contratos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31/12/2024. Os valores mostrados se apresentam líquidos de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL.

Instrumento	**Risco**	**Cenário I Provável**	**Cenário II Adverso possível**	**Cenário III Adverso extremo**
CDB-aplicações Financeiras	Baixa do CDI	32.357	24.268	16.179
Empréstimos	Alta do CDI	175.216	218.020	262.824

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de câmbio euro/real foram consideradas a seguir:

Indicador	**Cenário I Provável**	**Cenário II Adverso possível**	**Cenário III Adverso extremo**
R$/ € (*)	R$ 5,80	R$ 7,25	R$ 8,69

Para os dois cenários adversos na taxa de câmbio €/R$, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores resultantes das variações da taxa de cambio sobre os saldos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31/12/2023. Os valores mostrados se apresentam líquidos de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL.

Instrumento	**Risco**	**Cenário I Provável**	**Cenário II Adverso possível**	**Cenário III Adverso extremo**
Contas a pagar – Partes relacionadas (variação cambial)	Alta €	2.229	9.396	16.514

25. Cobertura de seguros: A Companhia possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros. Os seguros são registrados no Balanço em despesas antecipadas e apropriados aos resultados conforme o período de vigência das apólices. Em 31/12/2023, as coberturas de seguros vigentes são:

Riscos	**Importância segurada**
Seguro garantia de fiel cumprimento	R$ 319.552
Responsabilidade Civil Hangares e Operações Aeroportuários (*) principal	R$ 2.718.585
Responsabilidade Civil Hangares e Operações Aeroportuários (*) excesso	R$1.210.175
Riscos Operacionais (Danos materiais) – Aeroporto e Escritório	R$ 302.000

(*) Valor em Dólar USD 561.610, para o valor principal e USD 250.000 para excesso, convertido em Reais na cotação de 31/12/2023 do Dólar comercial USD 1/R$- 4,8407 – Fonte Banco Central do Brasil A Companhia contratou seguros de responsabilidade civil e danos materiais em março de 2023 e iniciou as atividades operacionais em outubro de 2023, portanto, em 31/12/2022 (não auditado) não havia coberturas de seguros contratadas. **26. Compromissos assumidos: a. Investimentos:** O Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) do Contrato de Concessão, estabelece as seguintes inversões obrigatórias (melhorias da infraestrutura aeroportuária) a realizar nos aeroportos, esta fase terá início no segundo semestre de 2024, com prazo para execução desta fase é de 36 meses a contar da data de eficácia, com exceção para o Aeroporto de Congonhas - SBSP, cujo prazo é de 60 meses, a contar da data de eficácia 05/06/2023. **b. Status do marco contratual do Contrato de Concessão (PTO) :** • 5 aeroportos (SBCR, SBMA, SBCJ, SBHT e SBUR): A Administração apresentou e protocolou o processo com os relatórios de evidências das ações imediatas em 29/01/24, antes da data limite de 30/01/2024; • 6 aeroportos (CGH, UDI, CGR, MOC, PMG, STM): Está atualmente com 90% das ações atendidas e em fase de preparação dos relatórios, para atendimento a data prevista em 19/02/24. **c. Status das ações emergenciais / obras de melhoria imediata:** • Ações de comunicação para implantação da marca AENA nas fachadas dos aeroportos: em fase de planejamento do processo de contratação das empresas especializadas; • Ações de melhoria nos sistemas de climatização: em fase de desenvolvimento de projeto de engenharia e estudos dos sistemas e demandas existentes; • Ações de melhorias para recuperação do pavimento das taxiways: em fase de desenvolvimento de projeto de engenharia e avaliação da situação existente; • Execução de obras civis em CGH: em processos de adjudicação a empresa de engenharia que irá desenvolver o projeto para as obras de: (i) expansão da sala de embarque remoto e canal de inspeção; (ii) reforma dos sanitários e (iii) adequação do wayfinding; • Melhorias no sistema de combate a incêndio de CGR: em fase de contratação da empresa que irá executar a obra; • Execução de retrofit dos escritórios administrativos de Santarém, Marabá e Altamira: em fase elaboração dos documentos para o processo de concorrência; • Ampliação da sala de embarque de SBUR: em fase elaboração dos documentos para o processo de concorrência. **d. Contribuição variável:** Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação das alíquotas apresentadas na seguinte tabela, sobre a receita bruta da Companhia.

Período	**Alíquota**
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo (2023-2026)	-
Quinto ano (2027)	3,23%
Sexto ano (2028)	6,46%
Sétimo ano (2029)	9,69%
Oitavo ano (2030)	12,92%
Até o final da concessão (2031 até o final)	16,15%

Consequentemente, a Companhia ainda não iniciou o pagamento de contribuição variável. **27. Demonstração dos fluxos de caixa - Transações sem efeito caixa: (i) Caixa e equivalentes de caixa:** A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 7. **(ii) Informações suplementares:** Na tabela abaixo são apresentadas as principais transações que não envolveram caixa no exercício:

	2023
Atividades de investimentos	
Aquisições de intangíveis pendentes de pagamento	7.262
Provisões de intangíveis pendentes de pagamento	7.981
	15.243

28. Eventos subsequentes: A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A, divulgou fato relevante em 26/01/2024, Informando que a *Nova York Stock Exchange* ("NYSE") notificou a Companhia que, como resultado do protocolo de petições voluntárias da Companhia em 25/01/2024 sob o *Chapter 11 of the United States Bankruptcy Code in the U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, suspendeu a negociação das American Depositary Receipts da Companhia (as "ADSs") e solicitará o cancelamento da listagem dos ADSs na *Securities and Exchange Comission.* Até o presente, as operações da Companhia nos aeródromos geridos pela Aena Brasil não sofreram impactos, bem como a liquidação dos recebíveis estão sendo realizados conforme programação financeira. A Administração continuará acompanhando a evolução dos eventos relacionados à esta recuperação judicial da GOL.

Conselho de Administração

Francisco Javier Marín San Andrés - Presidente
Rodrigo Marabini Ruiz - Conselheiro
José Leo Vizcaíno - Conselheiro
Juan Carlos Alfonso Rubio - Conselheiro
María José Cuenda Chamorro - Conselheira
Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano - Conselheiro
Noelia Martínez Morato - Conselheira

Diretoria Executiva

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano - Diretor Presidente
Joaquín Rodríguez Guerrero - Diretor Geral
Rodrigo Almeida Rosa - Diretor Econômico Financeiro
Renata de Abreu Martina - Diretora de Assessoria Jurídica
Raúl Moya González - Diretor de Operações, Infraestrutura e TI

Contadora - Ana Claudia Santos - CRC nº PE-031.931/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do **Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.** *Recife